

## A Prática da Responsabilidade Social Corporativa das Empresas Localizadas na Região Administrativa de Sorocaba – SP

*The Practice of Corporate Social Responsibility of Companies Located in the Administrative Region of Sorocaba – SP*

Edenis Cesar de Oliveira<sup>1</sup>, Yá Kaie de Lima França<sup>2</sup>

### RESUMO

A pesquisa objetivou mapear o posicionamento das empresas localizadas na Região Administrativa de Sorocaba – SP, afiliadas ao Instituto Ethos, quanto à prática da Responsabilidade Social Corporativa. De natureza exploratória-descritiva, utilizou-se da pesquisa bibliográfica e documental mediante coleta de dados/informações disponibilizadas via digital nos websites das empresas pesquisadas. Os dados foram catalogados e sistematizados com o auxílio do software SigmaPlot®. Quinze empresas, presentes em nove municípios, preencheram os requisitos exigidos para o estudo. Majoritariamente, as empresas pertencem ao setor industrial. Quatro empresas não apresentaram qualquer tipo de publicação social. Das demais, uma publicou utilizando-se exclusivamente do modelo GRI, nove tiveram suas publicações sociais realizadas pelo modelo GRI adicionando diretrizes do Pacto Global (PG-ONU). Apenas uma empresa adotou com exclusividade a norma ISO 26000. O estudo fornece uma visão panorâmica das empresas localizadas na RAS, mormente a publicização de suas ações de RSC, mediante informações coletadas e sistematizadas em seus websites, servindo como auxílio tanto a tomadores de decisão no âmbito corporativo, como a formuladores de políticas públicas e/ou setoriais, além de ampliar a visibilidade das práticas empresariais a toda comunidade.

**Palavras-chave:** Global Reporting Initiative. Responsabilidade Social Corporativa. Região Administrativa de Sorocaba. ISO 26000. Instituto Ethos.

### ABSTRACT

The research aimed to map the positioning of companies located in the Administrative Region of Sorocaba – SP, affiliated with the Ethos Institute, regarding the practice of Corporate Social Responsibility. If an exploratory-descriptive nature, bibliographic and documentary research was used by collecting data / information made available digitally on the websites of the companies surveyed. The data were cataloged and systematized with the aid of the SigmaPlot® software. Fifteen companies, present in nine municipalities, fulfilled the requirements required for the study. Mostly, companies belong to the industrial sector. Four companies did not present any type of social publication. Of the rest, one published using the GRI model exclusively, nine had their social publications made using the GRI model adding guidelines from the Global Compact (PG-UN). Only one company adopted the ISO 26000 standard exclusively. The study provides an overview of the companies located in the RAS, especially the publication of their CSR actions, through information collected and systematized on their websites, serving as an aid to both decision makers in the corporate level, and public and / or sector policymakers, in addition to increasing the visibility of business practices to the entire community.

**Keywords:** Global Reporting Initiative; Corporate social responsibility; Sorocaba Administrative Region; ISO 26000; Institute Ethos.

<sup>1</sup> Doutor em Administração. Docente na Universidade Federal de São Carlos – SP – UFSCar/CCN-LS.

E-mail: edeniscesar@ufscar.br

<sup>2</sup> Bacharel em Administração pela Universidade Federal de São Carlos – UFSCar/CCN-LS.

## 1. INTRODUÇÃO

As inexoráveis transformações que provocam rápidas e complexas mudanças afetam diretamente o mundo empresarial, exigindo das corporações respostas a demandas das mais variadas ordens, em especial aos aspectos sociais. Essas demandas vão além da mera satisfação do cliente e do retorno do investimento; devem compreender, em sua essência, o atendimento aos anseios dos seus diversos stakeholders. Dessa forma, ampliar os estudos sobre a temática da Responsabilidade Social Corporativa (RSC) é condição vital para as organizações nesse século XXI.

A RSC inclui um amplo conjunto de padrões nacionais e internacionais com o objetivo de melhorar o desempenho social, ético e ambiental das organizações, codificando aspectos comportamentais da organização. As mais variadas iniciativas e normas internacionais destinadas a promover a RSC das organizações refletem o escopo do conceito. Como resultado, pesquisadores do campo da ética e organização desenvolveram estruturas para classificar os diversos padrões, fornecendo orientação útil aos usuários (COLLE et al., 2014).

No início da década de 1950, Bowen (1953) já dava os primeiros passos nas discussões sobre a temática, incorporando valores sociais no processo de tomada de decisão.

A partir desse ponto, a responsabilidade social caminha celeremente para o âmbito estratégico das organizações (BARRENA-MARTÍNEZ et al., 2019), que se comprometem não só considerar os aspectos sociais na elaboração de suas estratégias, mas prestar contas de suas ações à sociedade como um todo. Ainda que não seja mais visto como um diferencial competitivo, fato é que as ações relativas à responsabilidade social contribuem na melhoria da imagem organizacional (BARAKAT et al., 2016; BATISTA et al., 2017).

Em que pese o fato de no período da crise financeira mundial de 2008, as empresas terem sido criticadas pelo inexpressivo interesse no seu envolvimento com a sociedade (HILLER, 2013), a prática da responsabilidade social tem ganhado espaço nas últimas décadas, tanto no ambiente empresarial (prática) quanto nos debates acadêmicos (teoria).

Herciu (2016) aponta que o conceito de RSC evoluiu de questões sociais para “responsividade social”, no sentido de capacidade de resposta e, posteriormente, para RSC, passando a integrar os principais assuntos de responsabilidade social das empresas em suas estratégias de negócio.

Nos anos de 1970 e 1980, ampliou-se o espectro de atuação prática da RSC. Para Jones (1980), RSC é a noção de que as empresas têm uma obrigação para com os grupos constituintes da sociedade que não sejam somente os acionistas, indo além do que é prescrição legal ou contrato sindical.

Carroll (1979) afirma que a RSC pode ser entendida como a expansão do papel empresarial além de seu escopo econômico e de suas obrigações legais. Entendida como um compromisso que uma organização deve ter com a sociedade, deve ser expressada por meio de ações e atitudes que a afetam positivamente (ANHOLON et al., 2016).

Os padrões de RSC incentivam a conduta empresarial responsável e a responsabilidade corporativa (BERNARDO et al., 2012; RASCHE et al., 2013), oferecendo às empresas um ponto de referência comum para responder a inúmeras expectativas das partes interessadas. Além disso, exercem uma função de sinalização ao revelar características ou qualidades da empresa que, de outra forma, seriam difíceis de se observar. Por meio dos padrões de RSC, as organizações comunicam seus compromissos e desempenho aos seus *stakeholders*, além da possibilidade de alcançar a diferenciação competitiva (RASCHE, 2011).

Walker et al. (2014) afirmam que os padrões de RSC são parte integrante da “gestão de operações sustentáveis”, definida como a busca de objetivos sociais, ambientais e econômicos nas operações da empresa e nos vínculos operacionais que se estendem além da empresa e abrangem as cadeias de suprimentos e as comunidades das empresas.

O processo de prestação de contas pelas empresas à sociedade tem se dado, sobretudo, por meio da publicação de relatórios com regular periodicidade e, majoritariamente, nos seus *websites*. Internacionalmente, entidades como a *Global Reporting Initiative* (GRI), tem criado indicadores que auxiliam as organizações na elaboração de seus planos de ação quanto à responsabilidade social, além de proporem padrões de divulgação do alcance desses indicadores (WADDOCK e WHITE, 2007; ETZION e FERRARO, 2010; LEVY et al., 2010; NIKOLAEVA e BICHO, 2011).

No Brasil, destaca-se o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, responsável pela criação dos Indicadores Ethos como ferramenta de gestão destinada a auxiliar as empresas a incorporarem os aspectos da sustentabilidade às estratégias do seu negócio.

A Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, com base nas diretrizes da *International Standardization Organization* (ISO), publicou a ABNT NBR ISO 26000, norma

que contém um conjunto de diretrizes válido como apoio às organizações focadas no desenvolvimento sustentável.

De acordo com Passador (2002) todas as diretrizes para formulação de relatórios têm como objetivo ajudar as empresas a compreenderem e incorporarem o conceito da responsabilidade social no cotidiano de sua gestão. A prática da responsabilidade social parte de ações voluntárias das empresas e não deve ser confundida com ações compulsórias impostas pelo governo ou por quaisquer incentivos externos (como fiscais/tributários).

Não obstante, as diretrizes isoladas não representam um código de conduta ou um padrão de desempenho (WILLIS, 2003). Ao estabelecer diretrizes para os relatórios, busca-se transparência e responsabilidade organizacional, bem como ampliar o envolvimento das partes interessadas (VIGNEAU et al., 2015). A prática de evidenciação de RSC satisfaz uma demanda da sociedade em obter informações que demonstrem a contrapartida dos ganhos econômicos obtidos pela empresa, sejam pela utilização dos recursos naturais, materiais ou humanos de uma determinada localidade, como da prestação de contas quanto à atuação dessas organizações, resultante do compromisso formado pela relação da corporação com a população autóctone.

As empresas estão inseridas em contextos geográficos diferenciados com diferentes capacidades institucionais subjacentes. Dessa forma, as relações reveladas entre a RSC e os contextos econômicos, políticos e sociais de cada localidade refletem a importância do desenvolvimento de tal capacidade institucional de um país para promover e apoiar as práticas de RSC (BAUGHN et al., 2007; BIRD et al., 2011; TILT, 2016).

Isto posto, esta pesquisa objetiva mapear o posicionamento das empresas localizadas na Região Administrativa de Sorocaba (RAS) – SP, afiliadas ao Instituto Ethos, quanto a prática da Responsabilidade Social Corporativa (RSC).

## 2. MATERIAIS E MÉTODOS

Parte da Região Administrativa de Sorocaba (RAS) está contida na Região Metropolitana de Sorocaba (RMS), estado de São Paulo. Dos 79 municípios que formam aquela região, mais de um terço (34%) – 27 municípios pertencem à Região Metropolitana de Sorocaba-SP. Das cinco cidades mais importantes da RAS (Botucatu, Itapetininga, Itu, Sorocaba e Votorantim), somente o município de Botucatu não pertence à RMS.

A Região Metropolitana de Sorocaba (RMS) com mais de 2 milhões de habitantes representa 4,7% da população estadual, além de gerar cerca de 4,25% do Produto Interno

Bruto (PIB) paulista. Assim, o recorte geográfico escolhido se justifica pela sua pujança econômico-populacional, tendo, historicamente, uma alta concentração de empresas (SEADE, 2020). A Figura 1 destaca a Região Administrativa de Sorocaba-SP.

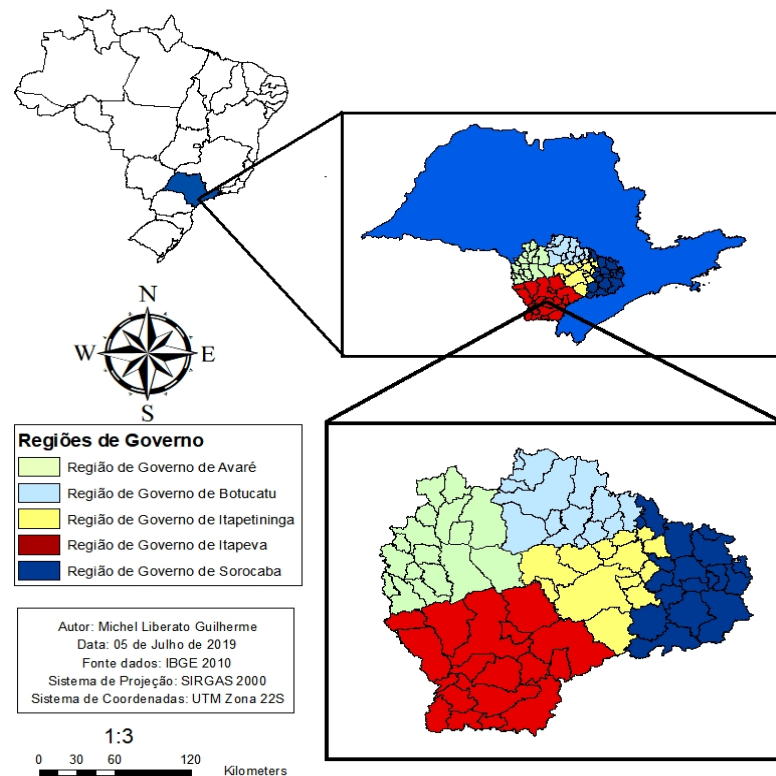


Figura 1. Região Administrativa de Sorocaba – SP

A Região Administrativa de Sorocaba possui população de 2.533.804 habitantes em seu território (SEADE, 2020), um número significativo, se considerar que representa aproximadamente 5,7% da população do estado de São Paulo.

Somente na região de governo de Avaré não foi localizada empresa que atendesse aos critérios estabelecidos para a pesquisa.

De abordagem qualitativa (XUEHONG, 2002; MAXWELL, 2009; HOLLOWAY e BILEY, 2011; JANESICK, 2016), com objetivos de natureza exploratória-descritiva (STEBBINS, 2001; HÉROUX, 2018) o estudo foi dividido em duas etapas. A primeira etapa contemplou uma pesquisa bibliográfica, notadamente sobre o assunto chave do estudo (TOMESCU, 2016). A segunda etapa consistiu na pesquisa documental no *website* do Instituto Ethos para selecionar as empresas afiliadas que estivessem localizadas na região geográfica definida para este estudo. Em seguida, os dados/informações foram obtidos diretamente nos *websites* das empresas. Os dados foram catalogados e sistematizados com o auxílio do *software* SigmaPlot®, possibilitando maior confiabilidade nas análises.

As empresas estão cada vez mais usando a *World Wide Web* para divulgar informações ambientais e sociais (HERBST, 1998; THIMM e RASMUSSEN, 2020). No início dos anos 2000, cerca de 65% das empresas listadas na *Global 500* da *Fortune Magazine* usaram a internet para dar publicidade aos relatórios sobre questões ambientais e sociais (LINE et al., 2002). As corporações não apenas publicam seus relatórios socioambientais, mas também outros relatórios específicos, além de notícias atualizadas relacionadas a questões ambientais, sociais, de funcionários e da comunidade (JENKINS e YAKOVLEVA, 2006).

Como a pesquisa ocorre em um conjunto de populações previamente definido, pretendeu-se identificar o cenário da prática da RSC dentro do recorte geográfico estabelecido, apontando as bases para a evidenciação dessa prática.

As empresas foram classificadas segundo seu regime jurídico em conformidade com tipologia disposta na legislação vigente, Código Civil [Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002] (BRASIL, 2014), Lei das Sociedades Anônimas [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976] (BRASIL, 1976), conforme esboço resumido na Tabela 1.

**Tabela 1.** Naturezas jurídicas empresariais e suas características.

<b>Regime Jurídico</b>	<b>Descrição / Características</b>	<b>Base Legal</b>
Sociedade Empresária Limitada	Sociedade que possui dois ou mais sócios, que trabalha no comércio ou com serviços não intelectuais	Lei nº 10.406/2002 (Art. 980-A; 1039-1092)
Sociedade Simples Limitada	Sociedade que possui dois ou mais sócios e que trabalha com atividades de natureza científica, literária ou artística (intelectuais)	Lei nº 10.406/2002 (Art. 980-A; 1039-1092)
Sociedade Limitada	Realiza atividade empresarial, formada por dois ou mais sócios que contribuem com moeda ou bens avaliáveis em dinheiro para formação do capital social. A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor do capital social, porém respondem solidariamente pela integralização da totalidade do capital.	Lei nº 10.406/2002 (Art. 980-A; 1039-1092)
Sociedade Anônima Aberta	Compreende aquelas empresas em que os valores mobiliários (ações, debêntures, partes beneficiárias etc.) são admitidos à negociação nas bolsas de valores ou mercado de balcão, devendo, portanto, ser registrada e ter seus valores mobiliários registrados perante a CVM (Comissão de Valores Mobiliários)	Lei nº 6.404/1976
Sociedade Anônima Fechada	Empresas que não emitem valores mobiliários negociáveis nesses mercados	Lei nº 6.404/1976

O universo do estudo foi constituído pelo conjunto de empresas situadas na Região Administrativa de Sorocaba – SP, afiliadas ao Instituto Ethos até setembro de 2020, data do fechamento da pesquisa.

A Figura 2 sistematiza o delineamento metodológico básico adotado nesse estudo.

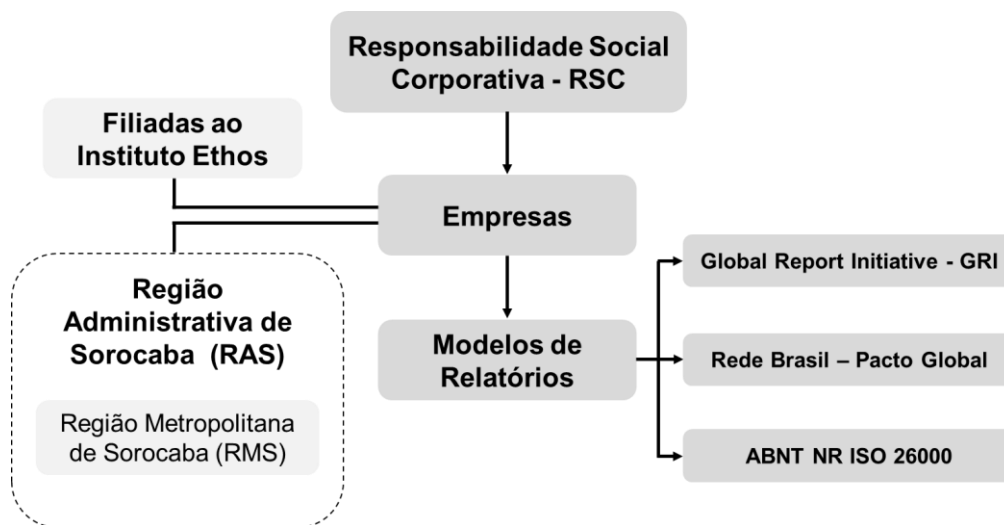


Figura 2. Delineamento metodológico da pesquisa

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na RAS, composta por setenta e nove (79) municípios, foram localizados quinze (15) empresas filiadas ao Instituto Ethos, que possuem ações de RSC e publicizam seus relatórios via *websites* próprios.

Das quinze (15) empresas, oito (8) estão localizadas na região de governo de Sorocaba, cinco (5) na de Itapetininga. As regiões de governo de Botucatu e Itapeva contemplam uma (1) empresa cada. A região de Avaré, por sua vez, não apresentou empresa que atendesse aos critérios estabelecidos pelo estudo. Mais de 50% das empresas que atenderam aos critérios estão localizadas na região de governo de Sorocaba, seguida pela região de governo de Itapetininga com cerca de 1/3 das empresas (33,34%).




Nessa primeira etapa, não foram consideradas as empresas do segmento bancário e de franquias, uma vez que se optou por incluir somente as empresas cujas práticas de RSC pudessem ser efetivamente evidenciadas na área geográfica estabelecida para esse estudo. Dessa forma, as organizações que, embora tenham presença na região estudada, por serem filiais de suas respectivas sedes, não foram consideradas.

A Tabela 2 apresenta as empresas que foram pesquisadas nesse estudo, além de um breve resumo de sua atuação no mercado.

**Tabela 2.** Empresas, mercados de atuação, principais linhas de produtos e marcas.

Empresa	Segmentos de Mercado/Principais Linhas de Produtos/Marcas	Logo
Duratex S. A.	Concentra as marcas <b>Dura</b> floor, sob a qual são comercializados pisos laminados de madeira e pisos vinílicos, à base de PVC 100% recicláveis; e <b>Duratex</b> , responsável pela manufatura de painéis de MDP e MDF crus e revestidos, com aplicações nas indústrias moveleira e de construção civil e alta capacidade de usinagem.	 
	Sob as marcas <b>Deca</b> e <b>Hydra</b> , fabrica cubas com aplicações em banheiros comerciais e residenciais, cozinhas (cuba de inox), vasos sanitários para banheiros comerciais e residenciais, chuveiros elétricos e a gás, válvulas para acionamento de sistemas de água do vaso sanitário, torneiras para banheiros e cozinhas, entre outros produtos relacionados.	 
	Sob a marcas <b>Portinari</b> e <b>Ceusa</b> , produz porcelanato polido para aplicação nos ambientes mais secos da casa, como salas, corredores e quartos; ladrilhos para aplicações diversas; e revestimentos especiais, com designs exclusivos e tecnologia 3D.	 
<b>Ace Schmersal</b>	Aparelhos de chaveamento eletromecânicos e eletrônicos para as três áreas de negócio da Schmersal: <b>tecnologia de segurança, automação e tecnologia de elevadores.</b>	
<b>Grupo Petrópolis Ltda.</b>	Produz as marcas de cerveja Crystal, Lokal, Itaipava, Black Princess, Petra e Weltenburger, os energéticos TNT Energy Drink e Magneto, o isotônico Ironage, as vodkas Blue Spirit Ice e Nordka e a água Petra.	
<b>Seara Alimentos Ltda.</b>	Kibe e Almôndega, Vegetais, Turma da Mônica, Natalinos, Empanados, Hambúrguer, Pratos Prontos, Frios, Frango, Linguças, Pizzas, Salsichas, Suínos.	
<b>3M do Brasil Ltda.</b>	Mercados: Consumidor; Cuidados à saúde; Design e Construção; Eletrônicos; Energia; Indústria automobilística; Manufatura; Mineração, Petróleo e Gás; Segurança; Soluções comerciais; Transporte Marcas: Post-it®; Scotch®; Scotch-Brite™; Command™; Nexcare™; ScotchBlue™; Littmann™	
<b>Votorantim Cimentos S.A.</b>	Produtos: Agregados; Argamassas; Cimentos; Concreto; Rejuntamentos Insumos Agrícolas: Viter - Desenvolvidos pensando nas características e necessidades de cada solo Coprocessamentos Grandes Obras	
<b>CASA - Centro Automotivo Sul América</b>	Seguro Automotivo e Locação de Veículos	
<b>PricewaterhouseCoopers Brasil Ltda.</b>	Auditoria & Asseguração Consultoria Tributária e Societária Consultoria de Negócios (Consulting, Deals, Forensics)	

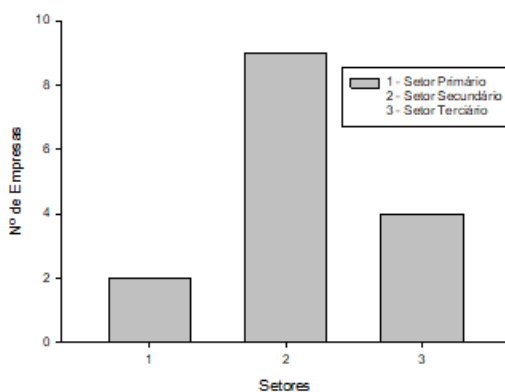


<b>TOTVS S. A.</b>	Empresa de Tecnologia da Informação. Portfólio de sistemas e plataformas para gestão de empresas de 12 segmentos de mercado, serviços financeiros e soluções de business performance: Agro; Construção; Distribuição; Educacional; Financial Services; Hospitalidade; Jurídico; Logística; Manufatura; Prestadores de Serviços; Saúde; Varejo.	
<b>Noxi Química Ltda.</b>	Especializada na aplicação de processos de descontaminação em Sistemas de Tubulações e Equipamentos. Petróleo (refinarias, plataformas, plantas de gás), petroquímicas, indústrias químicas, fábricas de papel e celulose, indústrias têxteis, usinas siderúrgicas, indústrias metalúrgicas, usinas termelétricas e hidroelétricas, fábricas de tintas e vernizes, caldeirarias fabricantes de equipamentos, indústrias automotivas e afins.	
<b>Cargill Agrícola S. A.</b>	Serviços e produtos alimentícios, agrícolas, financeiros e industriais ao mundo. Agricultura; Nutrição Animal; BioIndustrial; Produtos de Consumo; Alimentos e Bebidas; Food Service; Beleza e Cuidados Pessoais; Farmacêutica; Gerenciamento de Risco; Trade & Structured Finance; Serviços Portuários	

Como já dito, foram 15 as empresas pesquisadas no total. A Tabela 2 apresenta onze, uma vez que três delas possuem unidades em mais de um município como é o caso da Duratex S. A. (Botucatu e Itapetininga), 3M do Brasil Ltda. (Itapetininga e Mairinque) e Votorantim Cimentos S. A. (Itapeva, Salto de Pirapora e Votorantim).

Das quinze (15) empresas, duas (02) se enquadram no setor primário; nove (09) no secundário (indústria de transformação); e quatro (04) no setor terciário.

A Figura 3 apresenta a classificação das empresas de acordo com o setor econômico.



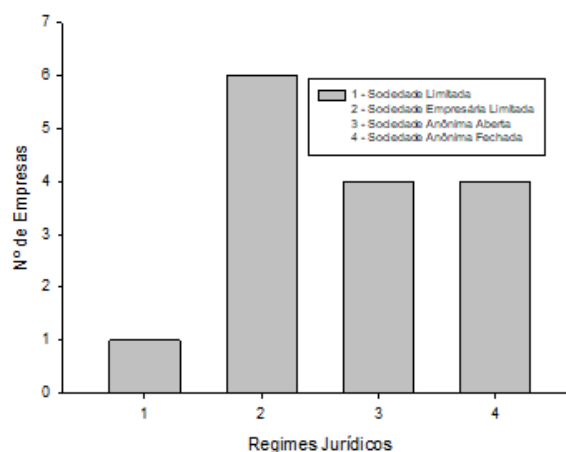
**Figura 3.** Classificação das empresas de acordo com os setores da economia.

O maior número de empresas está no setor secundário, com nove (09) unidades empresariais, característica corroborada pelo fato de o estado de São Paulo ser responsável pela maior parte da indústria nacional.

Há uma prevalescência do setor da indústria de transformação em relação às demais atividades dentro da Região Administrativa de Sorocaba, o que corrobora o postulado por SEADE (2020), para quem o recorte geográfico traz historicamente a presença de indústrias com forte atuação na região, tendo como característica do setor a elevada demanda de recursos, sobretudo de pessoal (direto e indireto), tornando a prática da RSC ainda mais premente, sobretudo em suas relações com seus *stakeholders*, ou pelo fato de causarem maiores impactos socioambientais.

Muito embora o setor terciário tenha apresentado participação menos expressiva quanto à prática da RSC, deve-se levar em conta que se trata de um setor com forte crescimento numa sociedade que também apresenta aumento no nível de conscientização socioambiental.

No que tange à natureza jurídica das empresas pesquisadas, uma (1) classifica-se como Sociedade Limitada, quatro (04) Sociedade Anônima Fechada, quatro (04) Sociedade Anônima Aberta e seis (06) Sociedade Empresária Limitada, conforme embasamento nos dispositivos legais (BRASIL, 1976; 2014). A Figura 4 ilustra o enquadramento das empresas de acordo com suas naturezas jurídicas.



**Figura 4.** Natureza jurídica das empresas pesquisadas na Região Administrativa de Sorocaba.

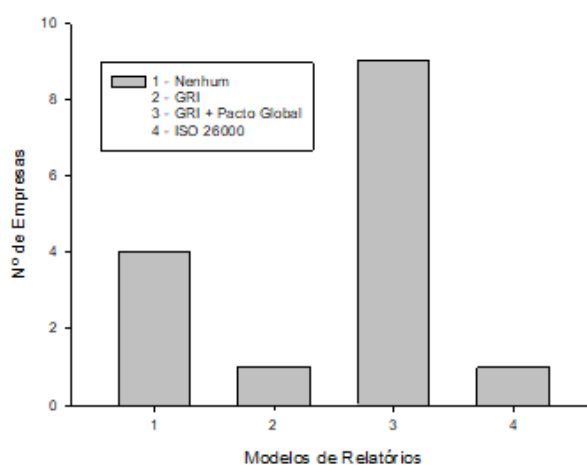
Face às exigências específicas, mormente quanto à obrigatoriedade de divulgação de informações auditadas e, mais especificamente no interesse legítimo em aumentar seu valor de mercado, as empresas de capital aberto tendem a apresentar nível de comprometimento maior quanto as práticas de RSC.

Notoriamente, há predominância da Sociedade Empresária Limitada, respondendo por 40% do total de empresas. Ao se excluir do cômputo geral as empresas classificadas como Sociedade Anônima Aberta (4), as demais, num total de onze (11), distribuídas nas

categorias Sociedade Empresária Limitada (6), Sociedade Limitada (1) e Sociedade Anônima Fechada (4), tem-se mais de 70% do total de empresas que não se enquadram, portanto, como de capital aberto, mas, evidenciam por meio da publicação de seus relatórios, práticas de RSC, atitude que pode sinalizar respeito pelos *stakeholders*, transparência e responsabilidade organizacional, preocupação com imagem pública ou, tão somente, o entendimento de que, como ator corporativo, tem uma obrigação para com seus grupos constituintes da sociedade que não sejam somente os acionistas e que vai além das prescrições legais.

A literatura tem apontado a importância de se criar bases e diretrizes que orientem as organizações na prática das ações RSC, máxime quanto ao modelo de relatórios adotados para dar publicidade às informações organizadas e dirigidas ao público-alvo (ASIF et al., 2009; O'CONNOR e SPANGENBERG, 2008)

A pesquisa evidenciou três (03) modelos de relatórios de divulgação dos indicadores sociais, a saber: i) GRI; ii) Pacto Global (PG-ONU) e iii) ISO 26000. A Figura 5 apresenta o quantitativo dessas organizações em relação aos modelos encontrados.



**Figura 5.** Bases e diretrizes orientativas de divulgação de relatórios.

No cômputo das quinze (15) empresas pesquisadas, quatro (04) não publicaram relatórios em seus *websites*; uma (01) utiliza exclusivamente o modelo GRI; nove (09) utilizam o modelo GRI adicionando diretrizes do Pacto Global (ONU).

Somente uma empresa publicou seu relatório baseado exclusivamente nas diretrizes da ISO 26000. Embora careça de uma investigação empírica, é possível que essa baixa adesão ao modelo ISO 26000 seja reflexo de fatores como receio de distorção nas informações divulgadas, assimetria nas informações que impedem a organização de ver o

processo como um todo, limitação no alcance dos princípios da norma, mera padronização, ou ainda, falta de clareza quanto à finalidade da norma.

Provavelmente, a predominância do modelo GRI associado ao PG-ONU pode se dar pelo fato de que esse modelo possui maior abrangência, compreendendo toda a cadeia da sustentabilidade, além, evidentemente, de ser a normativa mais proeminente e difundida mundialmente, embora a literatura enfatize que os indicadores adotados pelo GRI sejam de maior qualidade, rigor e aplicação global.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo teve como objetivo mapear o posicionamento das empresas localizadas na Região Administrativa de Sorocaba – SP, afiliadas ao Instituto Ethos, quanto a prática da Responsabilidade Social Corporativa (RSC).

A Região Administrativa de Sorocaba (RAS) é formada por setenta e nove municípios. Dentre esses, vinte e sete (mais de um terço) pertencem à Região Metropolitana de Sorocaba (RMS), portanto, uma região com alta densidade populacional e importante representatividade econômica no âmbito do estado de São Paulo.

A RAS possui quinze empresas associadas ao Instituto Ethos, presentes em nove municípios que compõem a região (Botucatu, Boituva, Itapetininga, Itapeva, Mairinque, Salto de Pirapora, Sorocaba, Tietê e Votorantim).

No enquadramento setorial, há predominância das empresas do setor secundário (industrial), seguido pelo setor terciário com quatro empresas e duas no setor primário.

Quanto à natureza jurídica das empresas, o regime de Sociedade Empresária Limitada, representa 40% do total de empresas, com seis representantes. Os regimes Sociedade Anônima Fechada e Sociedade Anônima Aberta estão representados por quatro empresas cada. Somente uma empresa enquadrou-se no regime Sociedade Limitada.

Quatro empresas (cerca de 27%) não apresentaram qualquer tipo de publicação social. Das demais (11), uma publicou utilizando-se exclusivamente do modelo GRI, nove tiveram suas publicações sociais realizadas pelo modelo GRI adicionando diretrizes do Pacto Global (PG-ONU), o que, percentualmente, representa cerca de 67% do total. Apenas uma empresa adotou com exclusividade a norma ISO 26000.

O estudo fornece uma visão panorâmica das empresas localizadas na RAS, mormente a publicização de suas ações de RSC em seus *websites*. As informações preliminares podem auxiliar tanto tomadores de decisão no âmbito corporativo, quanto a

formuladores de políticas públicas e/ou setoriais, além de ampliar a visibilidade das práticas empresariais a toda comunidade.

As implicações teóricas da pesquisa estão circunscritas ao seu modelo metodológico. Por se tratar de um estudo descritivo-exploratório, serve de base primária para novas agendas de pesquisa com relação à temática e ao recorte geográfico.

A pesquisa possui limites em dois pontos basilares. O primeiro diz respeito ao próprio recorte geográfico, o que, de certa forma, restringe o número de companhias a serem pesquisadas. O segundo, consubstancia-se no fato das análises ficarem restritas às informações contidas nos *websites* corporativos.

Todavia, como agenda para novos e futuros estudos, sugere-se ampliar o recorte geográfico, bem como escolher a partir de critérios pré-estabelecidos empresas que possam ser sujeitos numa abordagem de estudo de casos múltiplos.

## REFERÊNCIAS

- ANHOLON, R.; QUELHAS, O. L. G.; LEAL FILHO, W.; PINTO, J. S.; FEHER, A. Assessing corporate social responsibility concepts used by a Brazilian manufacturer of airplanes: A case study at Embraer. **Journal of Cleaner Production**, v.135, n. 1, p.740-749, 2016.
- ASIF, M.; BRUIJN, E.; FISSCHER, O.; SEARCY, C.; STEENHUIS, H. Process embedded design of integrated management systems. **International Journal of Quality & Reliability Management**, v. 26, n. 3, p. 261-282, 2009.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. **NBR ISO 26000**: diretrizes sobre responsabilidade social. Rio de Janeiro, 2010. 110 p.
- BARAKAT, S. R.; ISABELLA, G.; BOAVENTURA, J. M. G.; MAZZON, J. A. The influence of corporate social responsibility on employee satisfaction. **Management Decision**, v. 54, n. 9, p. 2325-2339, 2016.
- BARRENA-MARTÍNEZ, J.; LÓPEZ-FERNÁNDEZ, M.; ROMERO-FERNÁNDEZ, P. M. Towards a configuration of socially responsible human resource management policies and practices: findings from an academic consensus. **The International Journal of Human Resource Management**, v. 30, n. 17, p. 2544-2580, 2019.
- BATISTA, E. S.; REIS, A.; BORTOLINI, F.; SOUZA, M. A.; BORCHARDT, M.; PEREIRA, G. M. Adding value to Brazilian companies through corporate social responsibility. **Management of Environmental Quality: An International Journal**, v.28, n. 2, p.264-281, 2017.
- BAUGHN, C. C.; BODIE, N. L.; McINTOSH, J. C. Corporate social and environmental responsibility in Asian countries and other geographical regions. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, v. 14, n. 4, p. 189-205, 2007.

- BERNARDO, M.; CASADESUS, M.; KARAPETROVIC, S.; HERAS, I. Integration of standardized management systems: Does the implementation order matter? **International Journal of Operations & Production Management**, v. 32 n. 3, p. 291-307, 2012.
- BIRD, R.; MOMENTÉ, F.; REGGIANI, F. The market acceptance of corporate social responsibility: a comparison across six countries/regions. **Australian Journal of Management**, v. 37, n. 2, p. 153–168, 2011.
- BOWEN, H. **Social responsibilities of the businessman**. New York: Harper& Row, 1953.
- BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. [Código civil e normas correlatas]. – 5. ed. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2014.
- BRASIL. **Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976**. [Lei das Sociedades Anônimas]. Dispõe sobre as sociedades por ações. Diário Oficial da União, Brasília, 17 dez. 1976.
- CARROLL, A. B. A Three-Dimensional Conceptual Model of Corporate Performance. 4. ed. Georgia. **The Academy of Management Review**, v. 4, n. 4, p. 497-505, 1979.
- COLLE, S.; HENRIQUES, A.; SARAVASTHY, S. The Paradox of Corporate Social Responsibility Standards. **Journal of Business Ethics**, v. 125, p. 177–191, 2014.
- ETZION, D.; FERRARO, F. The role of analogy in the institutionalization of sustainability reporting. **Organization Science**, v. 21, n. 5, p. 1092-1107, 2010.
- FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS – SEADE. **Projeção da população por faixas etárias quinquenais, em 1º de julho Região Administrativa de Sorocaba - 2020**. Sistema SEADE de Projeções Populacionais. Disponível em: <<http://produtos.seade.gov.br/produtos/projpop/index.php>>. Acesso em 03 set. 2020.
- HERBST, T. Environmental disclosure: corporate use of the World Wide Web. **Corporate Environmental Strategy**, v. 5, n. 2, p.81-90, 1998.
- HERCIU, M. ISO 26000 – An Integrative Approach of Corporate Social Responsibility. **Studies in Business and Economics**, v. 11, n. 1, p. 73-79, 2016.
- HÉROUX, M. E. Valuing and adequately reporting exploratory research. **Journal of Neurophysiology**, v.120, n. 2, p.880-881, 2018.
- HILLER, J. S. The Benefit Corporation and Corporate Social Responsibility. **Journal of Business Ethics**, v.118, n. 2, p. 287-301, 2013.
- HOLLOWAY, I.; BILEY, F. C. Being a qualitative researcher. **Qualitative Health Research**, v. 21, n. 7, p. 968–975, 2011.
- INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. **Sobre o Instituto**. Disponível em: < <https://www.ethos.org.br/conteudo/sobre-o-instituto/>>. Acesso em 26 ago. 2020.
- JANESICK, V. J. **“Stretching” exercises for qualitative researchers**. 4th. Washington DC, United States: SAGE Publications, Inc., 2016.
- JENKINS, H.; YAKOVLEVA, N. Corporate social responsibility in the mining industry: Exploring trends in social and environmental disclosure. **Journal of Cleaner Production**, v. 14, n. 3-4, p. 271-284, 2006.

- JONES, T. M. Corporate social responsibility revisited, redefined. **California Management Review**, v. 22, n. 3, p. 59–67, 1980.
- LEVY, D. L.; BROWN, H. S.; JONG, M. The contested politics of corporate governance. **Business & Society**, v. 49, n. 1, p. 88–115, 2010.
- LINE, M.; HAWLEY, H.; KRUT, R. The development of global environmental and social reporting. **Corporate Environmental Strategy**, v. 9, n. 1, p. 69-78, 2002.
- MAXWELL, J. A. Designing a qualitative study. In: BICKMAN, L.; ROG, D. J. **The sage handbook of applied social research methods**. 2th. Washington DC, United States: SAGE Publications, Inc., 2009.
- NIKOLAEVA, R.; BICHO, M. The role of institutional and reputational factors in the voluntary adoption of corporate social responsibility reporting standards. **Journal of the Academy of Marketing Science**, v. 39, n. 1, p. 136–157, 2011.
- O’CONNOR, M.; SPANGENBERG, J. A methodology for CSR reporting: assuring a representative diversity of indicators across stakeholders, scales, sites and performance issues. **Journal of Cleaner Production**, v. 16, n. 13, p. 1399-1415, 2008.
- PASSADOR, C. S. A responsabilidade social no Brasil: uma questão em andamento. Lisboa. **Anais...** VII Congreso Internacional del Clad Sobre La Reforma del Estado y de La Administración Pública, 2002.
- RASCHE, A. Corporate responsibility standards. In: PAINTER-MORLAND, M.; TEN BOS, R. (Eds.). **Continental philosophy and business ethics**. Cambridge University Press, Cambridge, p. 263-284, 2011.
- RASCHE, A.; WADDOCK, S.; McINTOSH, M. The United Nations Global Compact: Retrospect and Prospect. **Business & Society**, v. 52, n. 1, p. 6-30, 2013.
- STEBBINS, R. A. **Exploratory research in the social sciences**. Qualitative Research Methods Series 48. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications, Inc., 2001.
- THIMM, H. H.; RASMUSSEN, K. B. Disclosure of Environmental Compliance Management on Corporate Websites: Literature Review and Future Research Foundation. **International Journal of Sustainable Entrepreneurship and Corporate Social Responsibility**, v. 5, n. 1, p. 42-55, 2020.
- TILT, C. A. Corporate social responsibility research: the importance of context. **International Journal Corporate Social Responsibility**, v. 1, n. 2, p. 1-9, 2016.
- TOMESCU, S. A. A distinctive perspective on the bibliographic research in the digital era (I). **Library and Information Science Research**, v. 20, p.73-75, 2016.
- VIGNEAU, L.; HUMPHREYS, M.; MOON, J. How do firms comply with international sustainability standards? Processes and consequences of adopting the Global Reporting Initiative. **Journal of Business Ethics**, v. 131, n. 2, p. 469-486, 2015.
- XUEHONG, Q. Qualitative Research: A New Research Paradigm. **Chinese Education & Society**, v. 35, n. 2, p.47-54, 2002.
- WADDOCK, S. A.; WHITE, A. On CERES, the GRI and Corporation 20/20. **Journal of Corporate Citizenship**, v. 26, p. 38–42, 2007.

WALKER, H.; SEURING, S.; SARKIS, J.; KLASSEN, R. Sustainable operations management: Recent trends and future directions. **International Journal of Operations and Production Management**, v. 34, n. 5, p. 1-38, 2014.

WILLIS, A. The role of the Global Reporting Initiative's sustainability reporting guidelines in the social screening of investments. **Journal of Business Ethics**, v. 43, n. 3, p. 233–237, 2003.